



Exmo. Sr. Prof. Abel Mateus,

Não é hábito da Apetro comentar directamente afirmações públicas sobre a Indústria Petrolífera, apesar das inúmeras situações em que contêm distorções dos factos, insinuações ou mesmo acusações sem qualquer fundamento. Desta vez vamos abrir uma excepção face à qualidade do autor das mesmas e à responsabilidade acrescida que lhe advém pelo cargo que durante anos desempenhou. Vamos então aos aspectos mais relevantes:

- ***“É possível reduzir sete a oito cêntimos por litro”***

Onde está a sustentação dessa análise? Lembramos que a margem bruta (calculada pela diferença entre o Preço médio antes de impostos e a cotação de referência do produto refinado, CIF NWE) ronda os 12 a 14 cêntimos por litro. A maior parte deste valor é utilizado para cobrir os custos de armazenagem, distribuição e comercialização, incluindo as promoções e descontos, sobrando uma pequeníssima quantia para gerar o lucro que qualquer actividade tem que ter para poder sobreviver, investir e remunerar os seus accionistas. Uma redução média daquela ordem de grandeza acarretaria com certeza prejuízos, tanto para as empresas distribuidoras como para os retalhistas. Aliás, a comparação com Espanha e mesmo com a média europeia, apesar das limitações que esta análise tem, mostra que os preços em Portugal situar-se-iam muito próximo dos mínimos praticados pelos países ditos mais eficientes, o que se afigura insustentável para um mercado com a dimensão e as características do nosso.

- ***“Permitir e promover a construção de novos terminais e procurar que a armazenagem e os oleodutos não estejam nas mãos das gasolinehas”***

Não existem actualmente em Portugal quaisquer barreiras administrativas à construção e exploração de novos terminais. O recente terminal de Aveiro, que não é detido por nenhuma das nossas Associadas, é um exemplo dessa realidade. Se outros ainda não foram construídos, isso dever-se-á exclusivamente à falta de investidores e de viabilidade económica de eventuais novos projectos.

Também não existem, mesmo com a estrutura actual, quaisquer barreiras à importação directa de combustíveis refinados, o que é provado pelo facto da capacidade disponível para esse fim, nunca se ter esgotado.

A integração vertical desta actividade é a norma em todo o mundo e em particular na UE. Aliás, não há recomendação nenhuma da CE no sentido da alteração da forma como este mercado está organizado. Isto porque ela permite sinergias e economias que beneficiam o consumidor. Se se entregasse esta actividade a uma entidade autónoma, isso implicaria mais um elo na cadeia de valor com a consequente necessidade de assegurar uma remuneração certa do negócio, conforme é norma nos sectores em que existe regulação, traduzindo-se muito provavelmente num aumento do custo final. De qualquer modo esta parcela de custo, segundo dados publicados pela AdC, tem um valor total na ordem dos 2c/l, pelo que não se vislumbra de onde poderiam vir os tais benefícios.



- **“Contratos e licenciamentos”**

Sobre a questão dos contratos não nos pronunciaremos porque os desconhecemos. É matéria que só as partes contratantes e a AdC conhecem, sendo que esta nunca se pronunciou sobre qualquer irregularidade nos mesmos.

Concordamos com a ideia de facilitar o licenciamento de novos postos de abastecimento embora não nos pareça que haja falta de postos. Contudo, isso deve ser feito de uma forma equitativa, de modo a que as mesmas regras se apliquem a todos, sem que se crie um favorecimento especial a um determinado tipo de operador em detrimento de outros, como vem acontecendo ultimamente, em clara distorção das regras de sã concorrência.

- **“Criação de um regulador específico”**

Mais uma vez parece estarmos perante uma singularidade cuja implementação distinguiria Portugal no seio da OCDE. Temos dificuldade em perceber o papel de um regulador numa actividade liberalizada como é o caso da comercialização de combustíveis, em que se verifica a presença de um número razoável de operadores, que aliás tem vindo a crescer, quer em número de postos de abastecimento que detêm, quer em quota de mercado. Sobre a questão das infraestruturas já nos pronunciámos.

Posto isto, gostaríamos de deixar bem claro que a Indústria tem total disponibilidade, como sempre o demonstrou, para colaborar na procura de soluções que contribuam para a melhoria do serviço ao mais baixo custo possível, sem prejudicar a rentabilidade dos seus agentes. Só assim se garantirá o presente sem comprometer o futuro. Mas essa discussão dever-se-á fazer com factos e com conhecimento de causa, não apenas com processos de intenção muitas vezes eivados por um mal disfarçado sentimento de animosidade para com uma Indústria que é essencial ao país, quer pelo serviço que presta, quer pelos impostos que paga e pelos empregos que gera.

Com os melhores cumprimentos,

António Comprido
Secretário-Geral



Tel: +351213844065
Fax: +351213844075
antonio.comprido@apetro.pt
www.apetro.pt